

A Vez do Congresso

Os depoimentos de políticos, governadores, economistas, empresários e líderes sindicais convergiram sobre o significado do acordo da dívida externa com os bancos privados. Destacaram a importância do esforço do Executivo para a estabilização da economia e a reabertura dos canais de financiamento e investimentos externos no Brasil.

Mas lembraram, igualmente, que muitas outras medidas ainda precisam ser tomadas para a recuperação econômica e social do país. A maioria aguarda a decisão do Congresso, como a que mereceu maior número de indicações: a aprovação pelo Congresso do projeto de Reforma Tributária, que vai garantir a continuidade do ajuste fiscal, e abrirá perspectivas de alívio nas taxas de juros, que vêm freando a recuperação econômica.

Vinham em seguida as propostas de modernização tecnológica do parque industrial, a privatização e a abertura do comércio exterior. Todas essas medidas fazem parte do elenco de 22 projetos que o Executivo enviou ao Congresso para exame durante a convocação extraordinária de julho. E é exatamente pela reforma fiscal que o governo espera a movimentação do Legislativo, a partir desta terça-feira, dia 14.

A sociedade brasileira respirou aliviada com o acerto da dívida. Foi como acordar de um pesadelo de 10 anos. Nesse período, passaram pela mente dos brasileiros imagens fantasmagóricas de desemprego e perda do poder de compra, devido ao achatamento salarial causado pela recessão. Tudo isso tinha relação com o súbito descontrole do déficit público, cujo financiamento externo foi interrompido com a suspensão dos empréstimos bancários após a moratória do México em agosto de 1982. A inflação e a recessão dispararam de mãos dadas.

Em 10 anos, a sociedade brasileira empobreceu aceleradamente, com a inversão do fluxo dos recursos externos que financiaram o crescimento econômico e a mobilidade social até o início dos anos 80, culminando no *milagre brasileiro*. De-

pois de 40 anos de crescente industrialização, que sempre abria esperança de um futuro melhor nas cidades e nos empregos, os trabalhadores e a classe média foram perdendo a perspectiva de melhoria de vida e passaram a resistir à perda de *status*.

Isso ocorreu em grande parte porque a crise da dívida — ao atingir o coração das finanças do Estado — exigiu o imediato ajuste dos gastos públicos e a mudança do modelo de desenvolvimento que depende dos créditos, subsídios e incentivos do Estado. Mas parcelas influentes da sociedade — como políticos, governadores, empresários e as lideranças sindicais — reagiram de imediato à dieta de emagrecimento.

A euforia proporcionada pelo acordo da dívida mostra que os setores mais conscientes da sociedade brasileira não perderam a esperança na volta do progresso econômico e social, e na reinserção do país na primeira divisão dos países de economia de mercado. A comunidade financeira devolveu o cartão de crédito para o Brasil usar com moderação.

Se possível, aplicando-o, responsavelmente, para comprar, com financiamentos de longo prazo, as máquinas e equipamentos de que as indústrias brasileiras se viram privadas por falta de crédito externo. As perspectivas agora são outras, mas o pesadelo só poderá se transformar novamente no sonho de um futuro com perspectivas de melhoria econômica e social, se as reformas, que já deviam ter sido feitas há muito tempo, não esbarrarem novamente no apego do Congresso a um Brasil passado que não deu certo.

O Brasil vai precisar da cooperação dos investimentos estrangeiros para se modernizar e recuperar o atraso. Mas os investimentos só virão para o Brasil se a economia se estabilizar — no que depende do ajuste fiscal — e forem estabelecidas condições compatíveis com a liberdade de movimentação de comércio e capitais oferecida pelos concorrentes de uma economia mundial a cada dia mais internacionalizada.